



# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

##### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00
Ano .....	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00

##### FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementes às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 a, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

dança da denominação do órgão a que pertencemos. O projeto contém, no seu artigo 28, a seguinte disposição:

"O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado da República".

Vejam V. Exas que esta simples mudança, aparentemente inocente, revela, em verdade, o propósito de destruir o sistema federativo brasileiro. Muda-se o nome de Senado Federal para o Senado da República. Aos leigos ou aqueles que não querem aprofundar assunto, há de parecer que Senado da República seria uma expressão mais apropriada do que Senado Federal, porque Senado Federal se contraporia à hipótese da existência de Senado Estadual, como em tempos sob o regime da Constituição de 1891.

Entretanto, Srs. Senadores, Vossa Excelências sabem perfeitamente que Senado não se opõe a Senado Estadual. Senado Federal quer dizer Senado da Federação, porque "federal" vem da expressão latina *foedus, foederis*, que quer dizer tratado, laço, união. Daí por quê Senado Federal significa Senado da União, o Senado que representa a União, que representa a Federação. Mas o Senado representa, no seu conjunto, o sistema constitutivo não próprio do Estado, mas do País, da própria Nação, que é o sistema federativo. Daí por quê é uma impropriedade mudar de Senado Federal para Senado da República, o que traduz, além disso, o propósito preconcebido de destruição do princípio federativo.

Mas, Srs. Senadores, eu apenas, com esse argumento, queria reforçar aquela brilhante exposição ontem feita pelo meu eminente mestre, Senador Argemiro de Figueiredo.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Obrigado a V. Exa.

O SR. EDMUNDO LEVI — Porque o meu objetivo, neste instante, é mostrar que, por trás desses propósitos, que não aparecem claramente, há um que é flagrante e que resulta da contradição entre aquilo que se diz e aquilo que se faz.

Srs. Senadores, há poucos dias, no começo de dezembro, o Governo, com toda a propaganda, com o máximo de alarde, anunciou, aos quatro ventos do País, o início da Operação Amazônia. Essa operação seria a implantação de um sistema legal constituído de quatro diplomas, para o qual todo o Congresso, sobretudo os homens da Amazônia, dedicaram todo seu esforço, todo seu patriotismo no sentido de melhorar as proposições e aprová-las; para que a Amazônia pudesse, realmente, desenvolver-se. Entretanto Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Constituição que já estava em elaboração, quando o Governo para o Congresso mandou esses quatro diplomas legais que consubstanciavam a Operação Amazônia, pôs por terra, praticamente tudo o que poderia vir em consequência da aplicação desse sistema.

Sabem V. Exas que a Constituição de 46, muito sabiamente, contém dois dispositivos de alta significação para a integridade e para a segurança nacional: os arts. 198 e 199; o primeiro deles diz respeito ao Nordeste, dava recursos para o combate ao chamado Fenômeno das Secas; o outro — o 199 — refere-se especificamente à Amazônia, proporcionando recursos também para que aquela Região saísse da atargia, do abandono, do estado primitivo em que tem permanecido até hoje, e se integrasse na comunidade brasileira, não só pelo simples fato de sua população falar a língua nacional, mas também por integrar-se no sistema econômico brasileiro, usufruindo das mesmas vantagens que usufruem os seus irmãos do Sul.

Pois bem, Sr. Presidente, o próprio Projeto Governamental estranhamente elimina, veda a possibilidade de que a Amazônia se realize, como também

de o Nordeste se integrar através daqueles recursos constitucionais que a Carta de 1946 assegura.

O Projeto governamental não contém qualquer referência ao plano de valorização econômica da Amazônia, como também nada encerra que possa assegurar ao Nordeste a continuidade das obras de sua recuperação. Muito ao contrário, proíbe, no art. 64, § 3º, qualquer vinculação de receita da União com planos regionais. Vejam, por conseguinte, que a contradição do projeto governamental não é apenas doutrinária, mas é de atitude, de filosofia política, de filosofia administrativa.

Ora, se pretendemos fazer com que a Amazônia seja realmente uma unidade de vida — e não apenas um território econômico, uma fronteira econômica, uma região em que apenas colhamos matérias-primas — uma unidade atuante no concerto nacional, com repercussão dos seus recursos não só para a população nacional como para a do mundo inteiro, como poderíamos admitir que o Governo, tendo lançado aos quatro ventos, com fanfarras, a Operação-Amazônia seja o primeiro a eliminar todas as possibilidades de que essa operação se realize?

A exclusão do dispositivo — atualmente sob o nº 199 da Constituição, que reserva 3% da renda tributária da União para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, é inevitavelmente um golpe de morte, é a eliminação total do sistema legal vigente, ultimamente votado.

A lei que criou a "SUDAM", publicada no Diário Oficial do dia 31 de outubro, em seu art. 1º estabelece:

"O Plano de Valorização Econômica da Amazônia a que se refere o art. 199 da Constituição da República obedecerá às disposições da presente lei".

Ora Srs. Senadores, se o projeto de constituição não inclui nenhum

dispositivo que equivalha ao artigo 199 da Constituição ainda em vigor, inexoravelmente esse diploma, cujo art. 1º declara que a sua finalidade é a execução do art. 139, esse diploma desaparece, cai por terra, não há o que executar.

O instrumento que criou a SUDAM não terá vigência a partir da promulgação da nova Constituição porque tem por finalidade executar o art. 199 da Constituição em vigor. Desde que esse artigo não exista, não há o que executar.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Cattete Pinheiro — Releve V. Exa. interromper o seu discurso quando ainda o inicia mas desde logo sinto-me no dever de manifestar a minha integral solidariedade à tese que V. Exa. defende. E justamente interrompo no momento em que V. Exa. faz comentários sobre a chamada Lei da SUDAM porque, no nosso entender, causa pasmo que o mesmo governo que há 30 dias convocava a Nação festivamente para proclamar o início de uma chamada Operação Amazônia, 30 dias depois remeta ao Congresso um projeto de Constituição representando, realmente, o que V. Exa. acaba de expressar: a anulação total da lei tão festivamente anunciada à Nação há cerca de um mês atrás.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito agradecido ao nobre Senador Cattete Pinheiro. Sabia que S. Exa., não só como brasileiro, mas sobretudo como amazonista, não poderia calar o seu protesto com essa exposição que se faz à Amazônia em particular e ao Brasil na sua integridade.

Abandonarmos a Amazônia é correr o risco de ver executada mu-

to breve, aquela profecia de Euclides da Cunha em que ele diz que mais tarde ou mais cedo a Amazônia se desmembrará do Brasil como a nebulosa se desmembra para formar novos mundos. Mas a profecia de Euclides da Cunha não será executada como consequência de uma lei natural porque nós da Amazônia fazemos questão, antes de tudo, de ser brasileiros. Por isso, lutamos para que amanhã, o mundo não tenha razão não tenha motivos, para, invocando a nossa incapacidade, a nossa incompetência, a nossa imprevidência o nosso descaso, a nossa falta de ocupação da região, desapropriá-la — vamos usar o termo — desapropriá-la por utilidade pública internacional.

Não se pode compreender que uma região tão vasta que corresponde a mais da metade do Brasil, continue, na sua quase totalidade, com pouco mais de 5 milhões de habitantes. E as populações amazônicas estão concentradas nas Capitais. Assim, uma região tão vasta, que contém mais da metade da superfície do Brasil, abandonada como está, constitui convite permanente a que a cobiça internacional, ou melhor, a contingência internacional volte suas vistas para aquelas terras, capazes de alimentar populações superiores ao dobro daquela que morre de fome na Índia.

Srs. Senadores, ainda mais, a lei, cujo art. 1º se fundamenta, que tem como suporte enfático o próprio artigo 199 da Constituição — e, portanto, se não existe artigo não há execução, se não há dispositivo constitucional não há sua execução — cria ainda no art. 45 — creio eu o FIDAM (Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia), que representa um terço da renda tributária prevista no art. 199 da Constituição. O sistema introduzido por esse diploma, para cuja votação todos dedicamos o melhor dos esforços, e que se transformou na Lei número 5.173, de 27 de outubro, baseia-se nos 3% da renda tributária, reservando 2% exclusivamente à execução do plano da SUDAM, e entregando 1% ao Banco da Amazônia, para execução do financiamento de planos que se pretenda executar na Amazônia.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com satisfação.

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Senador Edmundo Levi, V. Exa. está defendendo uma tese que não pode deixar de ser aceita por quantos se preocupam pelo desenvolvimento da ocupação do grande vazio nacional que é a Amazônia que deve ser preservada não somente para as gerações presentes como, e particularmente, para as gerações futuras deste País. Mas nós nos permitimos sugerir a V. Exa. que usasse a tribuna na reunião do Congresso Nacional, para como que reproduzir não somente este como outros discursos sobre a Constituição que V. Exa. tem pronunciado e que podem impressionar o Plenário do Congresso Nacional. Já temos emendas destacadas de diversos companheiros, sejam da ARENA, sejam do MDB, no sentido de favorecer o desenvolvimento da Amazônia, mas há necessidade de que alguns colegas nossos, capazes, doutos, probos, idôneos, ocupem a tribuna lá, na reunião do Congresso Nacional, para exporem pensamentos como os que V. Exa. expõe para nós. A repercussão não somente seria maior, como, também, por uma questão de tática política, estes discursos iriam despertando aqueles que vão votar a Constituição da República.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Aurélio Vianna, agradeço a intervenção de V. Exa. e vou dar

uma informação para que V. Exa. saiba de certas particularidades que estão acontecendo a respeito deste Projeto.

Quando se votava a Lei que vai entrar em vigor dentro de breves dias, que institui nova política econômica da borracha, introduziu emenda mandando reservar 7% desse 1% que vai constituir o FIDALI para incentivo à heveicultura na Amazônia. Tinha o objetivo de transformar seringueiras nativas em seringueiras de cultivo, com rendimento maior, possibilidade de assistência ao trabalhador, assim produzindo sua concentração e consequentemente a plena ocupação daquela área.

Pois bem, Sr. Senador, esse dispositivo teve inclusive a concordância, porque é companheiro da Amazônia, do eminente Relator na Comissão de Projetos do Executivo, Senador José Góes.

A princípio, segundo informação que tive por fora, havia certa simpatia também no Planalto. Entretanto quando se soube que se tratava de uma emenda de elemento da Oposição, tal dispositivo foi posto abaixo na Câmara, apesar da luta dos elementos da Amazônia. Por isto, nobre Senador, conversei com o Senador Wilson Gonçalves, para estudarmos uma emenda que atendesse à Amazônia e ao Nordeste. Os fenômenos físicos do Nordeste repercutem na Amazônia; as consequências de acontecimentos em um região uma emenda que visse atender às regiões em conjunto. Chegamos a articular uma reunião. Mas em, como Presidente da Comissão de Valorização da Amazônia não quis tomar a dianteira do movimento, justamente pela experiência que tive a respeito da emenda que apresentara sobre a heveicultura. O Senador Cattete Pinheiro tomou a frente dos entendimentos, promovendo uma reunião com elementos das regiões da Amazônia e do Nordeste. Contamos com a presença do eminente Deputado Paulo Saracite, que nos expôs uma emenda que produzia o mesmo pensamento. Mas, a esse tempo, como informei, eu e o Senador Wilson Gonçalves já objetivávamos apresentar outro projeto. Aparentemente, o que nos informam, é que a Emenda Saracite não passará. Não haverá nenhum recurso, nenhuma vinculação de renda para combater as ilações da Amazônia e do Nordeste.

A emenda não passará, porque, segundo dizem, e de acordo com o que temos em alguns jornais que praticamente são porta-vozes oficiais, é propósito do Sr. Ministro do Planejamento não permitir nenhuma vinculação de receita que isso importaria espoliamento do orçamento, dificultando a sua execução. Daí por que, embora tivesse tido ideia de me pronunciar no plenário do Congresso a esse propósito, senti-me desautorizado, eis que apenas via agravar o problema, estimulando o rol compressor do governo a fixar-se com maior violência nos seus propósitos.

O Sr. Oscar Passos — V. Exa. expresse a nossa vontade sobre esse assunto, e espero que neste momento V. Exa. esteja marcando a posição da nossa Bancada.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — (Com assentimento do orador) — O ponto de vista que V. Exa. está sustentando, nobre Senador Edmundo Levi, é tanto mais relevante, é tanto mais necessário e se torna tanto mais indispensável sustentá-lo quanto o Projeto de Constituição, desvinculando assim todas as verbas, como contra as suas ponderações, reserva, enquanto, ao Poder Executivo a facultar de elaborar planos, programas e orçamentos plurianuais, independentemente de leis. Quer dizer, as vinculações clara e objetivamente propostas em texto constitucional ou legal não são admissíveis, mas o ge-

verno ficaria com o arbítrio de dispor como quisesse de todos os recursos da nação. Há emendas, inclusive da nossa autoria, submetendo todo esse plano-programa e orçamento plurianuais a leis. Mas insista V. Exa. no seu ponto de vista, que ele tem muitos partidários.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Muito obrigado pelo apoio de V. Exa.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. EDMUNDO LEVI — Com muito prazer.

O Sr. Cattete Pinheiro — Ainda em relação ao pensamento atribuído ao Sr. Ministro do Planejamento, nem isso seria verdadeiro, porque o projeto de constituição estabelece vinculações de receita de vez que mantém, entre outras, a do Fundo Rodoviário Nacional, por exemplo. Portanto, nem sistematicamente se pode alegar porque esta alegação não seria verdadeira.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Cattete Pinheiro, eu disse recentemente, reiterando a argumentação do eminente Senador Argemiro de Figueiredo, que esse projeto é sobretudo um amontoado de incoerências.

Citei, a propósito, o fato de se mudar a denominação do Senado Federal para Senado da República. Isto revela o propósito cabal de destruir o sistema federativo, porque com a expressão Senado Federal, disse eu, se quer significar Senado da Federação, que não é a mesma coisa que Senado da República. Senado da República não indica um sistema, a origem de um sistema de governo, ao passo que a designação Senado Federal abrangia a constituição da nação, do Estado do solo, até. Senado da República não é a mesma coisa. Quando se muda o nome Senado Federal para Senado da República, é que se tem por objetivo a destruição do sistema federativo.

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Josephat Marinho — A sua conservação é de rigorosa propriedade. É lamentável que não esteja presente no plenário, neste instante, o nobre Senador Vasconcelos Torres, Relator da parte do Poder Legislativo, para que ouvindo-o, ele se convencesse, desde logo, de que precisa reformar seu parecer que negou aprovação a esta emenda que substitui a denominação de Senado da República para Senado Federal.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Veja portanto V. Exa. que aqueles que estudam o problema encontraram, realmente, essa falha, que é mais uma demonstração dos propósitos do Governo, e se nisso há coerência. Quanto ao demais, o projeto é um amontoado de incoerências.

Há contradição em se impor um sistema legal a toque de caixa, votado aqui em prazos institucionais para que se pudesse implantar, quando antes a Operação Amazônia, ao mesmo tempo em que se cuidava elaborar ou, vamos usar a expressão, em que estava em gestação, há nove meses, projeto constitucional para destruir todo o sistema que se dizia querer implantar, com fanfarras e alegorias.

O Sr. Josephat Marinho — O pior é que o projeto é um aborto.

O Sr. José Ernirio — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. EDMUNDO LEVI — Com todo prazer.

O Sr. José Ernirio — Estou ouvindo o discurso de V. Exa. No tocante a indústria extraiva, V. Exa. realmente tem razão. Hoje, as plantações de seringueira de Belterra já concorrem com a borracha sintética, artificial. Mas a Amazônia não tem somente madeira nem hevea; tem mu-

tos produtos que poucos conhecem. Quando acabar o petróleo, poderemos ter produto similar: quem estuda Micologia, sabe que, na formação de algas pode haver substituto do petróleo, e o lugar ideal, no mundo, é a Amazônia. E quanto a minerais há, ali produtos vários, como estanho, ouro, o diamante, que representam para o Brasil quantidade de dinheiro suficiente, mas que não estão sendo explorados. Posso afirmar, com a experiência que tenho, de há muito, nos vários setores da vida nacional, que todo o dinheiro aplicado na Amazônia é reversível em pouco tempo, além de garantir nossas fronteiras — o que é primordial para a independência econômica da Nação. Há também a posição do petróleo: toda a Região Amazônica, especialmente a zona do Xingu até Santarém, é provavelmente grande zona petrolífera. Deve-se procurar investir cada vez mais naquela área, e dar-lhes meios, administrando corretamente os bens, sem dilapidá-los, e em pouco tempo teremos ali posição definida, como podemos ter.

Renovo o que disse anteriormente: todo o dinheiro aplicado na Amazônia voltará ao Brasil, em muito pouco tempo, possibilitando a região posição não só de defesa das fronteiras, como ainda de desenvolvimento do próprio país.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Para completar o aparte com que me honrou o nobre Senador José Ernirio, vou dar pequena explicação àqueles que não têm a obrigação de entender, de saber de certas particularidades da Amazônia.

O seringueiro nativo e, para a manutenção do Sul, para o homem habituado à agricultura racional, um tantinho horrível, monstruoso. Mas, em verdade, trata-se de exploração de floresta nativa; no Acre, por exemplo, região dos nobres colegas Oscar Passos e Adalberto Sanna onde há a melhor borracha, seringueiras mais densas, geralmente, existem cordões de dez árvores típicas por hectare.

Para que se coloque um homem em condições de trabalhar e produzir economicamente, ele precisa daquilo que os homens da Amazônia chamam de mais "estradas".

Necessita ele, assim, de três "estradas", que nada mais são do que veredas, picadas no meio da selva que interligam as seringueiras a serem utilizadas.

Cada estrada — para poder produzir suficiente a fim de que o homem se mantenha no subúrbio em que vive o seringueiro — deve ter, pelo menos, 120 seringueiras. Assim, observamos que, sozinho, precisa o homem cortar 120 seringueiras, no mínimo.

Ora, as três estradas comportam, portanto, 360 árvores. Um hectare contém, no máximo, 10 seringueiras. Verificamos, assim que um homem, para poder trabalhar em condições de sobrevivência vegetativa — porque a vida do homem da Amazônia é forçosamente vegetativa — necessita de 36 hectares.

Se implantássemos a heveicultura, se realizássemos, realmente, a substituição dos seringueiros nativos pela cultura intensiva, conseguirmos, inicialmente, cultivar 400 árvores. A medida que crescerem e se tornarem adultas, iriam sendo eliminadas aquelas menos produtivas, restando o número ideal de 250 seringueiras altamente produtivas.

Fazendo a comparação, verificamos, que, enquanto o seringueiro, na situação atual, necessita de trabalhar em 36 hectares, contendo 360 árvores nativas, com a cultura racional e intensiva é necessária de apenas 2 hectares, contendo 500 árvores adultas, em condições, de produzir satisfatoriamente. Um hectare cultivado produz, atualmente, uma tonelada.

Então, o homem que produz hevea, na Amazônia, na região do Acre, 500 quilos médios em 36 hectares, iria produzir com 1/3 do trabalho e com 1/3 da despesa atual, duas toneladas por ano, em apenas dois hectares. Vejam o que isso representaria não só para a Amazônia, mas para o Brasil, que adquiriria a hegemonia no mercado internacional da goma elástica.

Dadas estas explicações, quero retomar as considerações que vinha fazendo, a propósito deste dispositivo. Nós sabemos que há certa mentalidade a respeito dos trópicos. Eminentemente francês, um dos mais brilhantes mestres da botânica, especialista em regiões tropicais, o Professor Pierre Goussier, que tem uma série de trabalhos nos quais pretende demonstrar a impraticabilidade dos trópicos na industrialização e até na agricultura não acredita nos trópicos. No seu livro famoso, "Les Pays Tropicaux", procura demonstrar que a fertilidade tropical é apenas aparente, representando, apenas, uma camada de poucos centímetros de humus. Desde que se faça o desmatamento, a solo torna-se improdutivo, cristaliza-se num outro deserto do Saara. Mas, o eminente Professor Pierre Goussier — com todo o respeito que me merece pois é um grande mestre da ciência da Geografia — fez tais afirmações possivelmente querendo servir ao seu sentimento patriótico. A França tinha seu império colonial, que a tornava uma terra tropical; e, como acreditava, profundamente, no patriotismo do francês julgava talvez seja uma falácia de minha — que o mestre ilustre estava antes de mais nada querendo servir à França, o seu país.

Recentemente, em trabalhos publicados o ilustre Professor Pierre Goussier, reconsidera sua opinião, admitindo que, nos trópicos há futuro não só para a agricultura, como para a própria industrialização. Tire o prazer de assistir, certo vez, breve contribuição sua em Manaus.

A França, portanto, podendo se servir colônias tropicais, já não tem interesse em combater o desenvolvimento dos trópicos, pois já não há o medo de competição, relativamente ao comércio mundial.

Sr. Presidente e Senhores Senadores, se nos lembrarmos que a Amazônia é uma região que não pode ser esquecida e nos liberar de todos os nossos males, não só no que tange a economia, a política e ao melhoramento, como também, no processo de desenvolvimento industrial das suas riquezas naturais, não poderemos compreender que o Governo brasileiro, neste instante, desaja cortar os recursos que permitem o desenvolvimento daquela região; ou, ainda, dificilmente no momento em que estamos pedindo os recursos necessários, as organizações internacionais, para desenvolver as áreas subdesenvolvidas, Amazônia e Nordeste.

Que moral temos nós, que conhecemos temos nós, perante o mundo, para recorrermos aquelas instituições, no sentido de apoiar os nossos desenvolvimentos quando somos nós o primeiro a negar a nós a parcela?

Há ainda, a respeito desta Constituição, dispositivo que, infelizmente, tem sido copiado das outras Constituições. A esse respeito, apresentei uma. Infelizmente, quando cheguei ao Plenário da Comissão para, por exemplo, a parte do Artigo 20, da Constituição, Item I, que diz o seguinte:

"Art. 20. É vedado.

I — à União, instituir tributo que não seja autônomo em todo o território nacional, ou que implique distinção ou preferência em relação a determinação Estado ou Município".



Sabemos que a uniformidade é um princípio geral. Mas, uniformidade não quer dizer aplicação rigorosamente igual, em condições desiguais.

Em que consiste a igualdade? Já dizia eminente Professor, se não me engano, português, que a igualdade consiste em tratar desigualmente, as condições desiguais.

Ora, como pretendemos que no interior do Amazonas, do Acre ou do Piauí o homem que se injeta com todas as dificuldades em uma atividade possa pagar, em condições de desigualdade, os mesmos tributos que pagaria no Rio de Janeiro, em São Paulo ou no Rio Grande do Sul?

Então, propus emenda que ressaltaria as peculiaridades sócio-econômicas da Região, para que se permitisse uma gradação impositiva, considerando as regiões menos favorecidas em relação às mais favorecidas. E' até princípio de solidariedade humana, sobretudo quando se trata de uma comunidade nacional. As mais favorecidas devem contribuir um pouco mais para ajudar as menos favorecidas.

Pois bem, o dispositivo também foi rejeitado.

Por conseguinte, vejamos os Senhores Senadores, há propósito preconcebido de fazer permanecer naquele estado de primitivismo, aquele estado estacionário não só da Amazônia, mas também do próprio Nordeste. O propósito — parece-me — é este: deixar que cada vez mais nos sintamos desesperados e que aceitemos até como benção os arrebanhos que se fazem hoje no mundo com o objetivo de arrebatá-la soberania brasileira talvez a mais rica jóia de sua coroa.

O Sr. Catete Pinheiro — Permite-me V. Exa. nova intervenção?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Catete Pinheiro — Sabemos, mesmo aqueles que não são técnicos em desenvolvimento econômico, que foi justamente nos últimos vinte anos que toda esta teoria do desenvolvimento econômico se processou e se alargou entre as nações mais desenvolvidas. Se analisarmos o problema em função das chamadas grandes Nações, como Estados Unidos, França, por exemplo verificaremos que todo o planejamento nacional foi e está sendo colocado em função do desenvolvimento regional. Somente a tecnocracia instituída no Ministério do Planejamento no Brasil pretende, com relação a Amazônia e ao Nordeste, negar este fato. E ainda mais, como muito bem disse V. Exa., é como que se pretendesse abrir as portas destas regiões não ocupadas à cobiça internacional, que não pode ser negado.

Nós, que representamos essas áreas subdesenvolvidas, precisamos não silenciar neste momento decisivo, e principalmente não esquecer que a consignação deste dispositivo que se pretende representará um retrocesso de cerca de 30 anos de Direito Constitucional do Brasil. Na Constituição de 1934 as representações do Nordeste, preocupadas com as secas da região conseguiram incluir o primeiro dispositivo que demonstrou a preocupação do Brasil com a grande Região Nordeste e os Constituintes de 1946, pela união das bancadas do Nordeste e da Amazônia, conseguiram a inclusão do dispositivo relacionado com o desenvolvimento econômico da Amazônia. Tivemos, então na Carta de 1946, a consagração de um princípio inicialmente estabelecido na Carta de 1934. Como justificariamos nós, do Nordeste e da Amazônia, representantes destas regiões no Congresso, a nossa posição se admitissemos este retrocesso de 30 anos no nosso Direito Constitucional, nós, que nos levantamos contra isso que representará talvez a espoliação da nossa região?

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador, já se disse que a Constitu-

ção de 1946 tem dois aspectos: um federativo e outro reformativo da Federação, que seria o regionalismo, isto é, a Constituição de 1946 seria regionalista, porque considerou as regiões brasileiras, a fim de lhes poder dar um tratamento adequado. A propósito, acode-me à memória um pronunciamento de eminente professor brasileiro, grande estudioso, embora lusófono tremendo, chamado Manoel Bonfim. Ele achava que Portugal tinha feito tudo para desmembrar o Brasil e transformá-lo em uma série de repúblicas. O sistema de capitânias não teria tido outro objetivo senão o de transformar nosso País numa série de pequenas colônias. Graças, entretanto, ao espírito do brasileiro, à tradição, isso não se fez, isso não ocorreu. Em verdade, nós, que examinamos o fato sem esses espiritos de animosidade contra a ação lusitana verificamos que isso não corresponde à verdade. Possivelmente dessas peculiaridades regionais, formando as capitânias, é que promovemos a unidade nacional. Nós não tínhamos tradição, nós não tínhamos história, nada tínhamos. O reconhecimento das peculiaridades regionais, dando responsabilidade, a cada um, e todos se unindo e se amparando acarretou a maravilha da nossa unidade nacional. Por conseguinte esse regionalismo que a Constituição de 1946 visionou e implantou considerou como que em grandes áreas as primitivas capitânias, dando um tratamento geral nos seus problemas que são mais ou menos iguais em cada região, e assim possamos manter a unidade, a firmeza da unidade nacional.

A idéia que se tem, quando se lê o projeto constitucional é de afastamento de todos esses organismos já criados, que dizer de sua eliminação. Qualquer lei ordinária poderá liquidá-los daí para diante. Aliás, terá de se reformular tudo que aí está. Esse propósito de eliminar no que aí está, significa acabar com o sistema que agrupava, num regionalismo útil a nossas diversas áreas, com o sentido de dar maior força e uniformidade ainda com as desigualdades das regiões à unidade nacional.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Exa. faz muito bem em tratar desse assunto na hora em que estamos estudando a Carta Magna proposta pelo atual Governo. Vim do Nordeste a semana passada, onde fui receber o diploma de Senador pelas eleições que venci no dia 15 de novembro graças a Deus e ao meu povo. Lá observei um verdadeiro pavor em face do silêncio do Projeto da Carta quanto à situação do Norte e Nordeste. Tem toda oportunidade o discurso que V. Exa. está fazendo nesta hora porque nós, os representantes do Norte e Nordeste, deveremos lutar pelas nossas regiões. Deveremos nos unir, a partir da gloriosa Bahia ao Acre, para que nossas reivindicações sejam atendidas. Temos condições de fazê-lo se nós nos unirmos; se as grandes figuras da nossa região se unirem faremos sentir o nosso valor. A propósito do silêncio a que me refiro no início deste aparte, os técnicos acham que a nossa região não merece aquele tratamento que as Cartas anteriores deram. Salvo engano, há uma emenda assinada pelo Deputado Paulo Sarasate, hoje eleito Senador, ou pelo Senador Eurico Rezende, restabelecendo a parte relacionada com a Amazônia e a parte relacionada com o Nordeste. Devemos lutar nesse sentido. Devemos trabalhar nesse sentido e V. Exa. pode contar com nossa solidariedade, com nosso apoio, não somente aqui como lá na Comissão Especial, onde estamos liderados, como aqui, pelos nossos companheiros, Senador

Posaphat Marinho e o Líder Aurélio Vianna, nosso Presidente. Senador Oscar Passos, que é da mesma região de V. Exa. Devemos pois lutar por isso, porque o grande Presidente Juscelino Kubitschek, quando fez a estrada ligando Belém a Brasília e tentou fazer a estrada Acre-Brasília, foi porque ele, que era homem de escortino, via a necessidade de se prestigiar, de se engrandecer aquela região. Basta de sofrimento para nós!

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço o aparte do eminente Senador Ruy Carneiro. Como vejo que S. Exa., o Sr. Presidente, já me adverte de que estou esgotando o tempo regimental, peço permissão a S. Exa. para conceder o aparte que me foi solicitado pelo eminente Senador Adalberto Sena.

O Sr. Adalberto Sena — Nobre Senador Edmundo Levi, fique vivamente impressionado com o aparte do nosso colega Ruy Carneiro.

O Sr. Ruy Carneiro — Quero dizer-lhe que houve um lapso de minha parte quanto ao nome de V. Exa.

O Sr. Adalberto Sena — Obrigado a V. Exa., mas não se trata disso. O que ele conclamou foi a congregação de todos os nossos esforços na defesa intransigente dessas reivindicações — eu diria mesmo desses direitos — da nossa Amazônia. Devo informar a V. Exa. que também apresentei emenda, que tomou o nº 89, em que, prudentemente, pedi apenas que se integrasse o texto da nova Constituição aquilo que já figurava na atual. E mais do que isso: porque correspondia exatamente a uma recente emenda constitucional, de nº 21, que reproduziu por mais um período, pois se havia estendido a um período de vinte anos aquele dispositivo que mandava destinar certo percentual da nossa renda tributária para a execução dos planos de valorização da Amazônia. Devo também informar ao eminente colega que essa emenda teve parecer favorável do Sub-Relator, embora tivesse parecer contrário do Relator, porque o nobre Senador Antônio Carlos adotou critério geral, pelo qual, parece, não está disposto a aceitar qualquer emenda que importe em vinculação ao orçamento, desta ou daquela despesa destinada às regiões do Brasil. Nós, porém, estamos lá vigilantes e isso que o Senador Ruy Carneiro acaba de afirmar é uma verdade: há uma articulação entre os elementos do Nordeste e os da Amazônia, no sentido de cooperação comum em defesa dos interesses das suas Regiões.

O Sr. Ruy Carneiro — Sem preocupação partidária, mas em defesa das nossas regiões!

O Sr. Adalberto Sena — Em defesa das nossas regiões e sem preocupação partidária. Então temos esperança de que pelo menos na Comissão Mista essas outras emendas sejam aprovadas. Sei que outras emendas foram apresentadas no mesmo sentido. Quanto a minha devo confessar que fui realmente modesto. Nada inovei. Apenas propus, e vou ler a emenda, porque são poucas palavras. É a de nº 89:

"Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, em caráter permanente quantia não inferior a 3% da sua renda tributária".

Não inovei, apenas reproduzi. E disse na justificativa que (lendo) "o objetivo da emenda é não deixar omissa no texto da nova Constituição aquilo que já consta da Emenda Constitucional nº 21, promulgada em novembro do ano recém-fimado". Chamei a atenção para o aspecto cronológico. Ora, acabávamos de aprovar emenda constitucional nesse sentido. Mas vem imediatamente o projeto de reforma constitu-

cional e faz tabula rasa de tudo isso. A emenda fora promulgada em novembro (lendo) "depois de exaustivamente justificada da tribuna do Congresso, no decurso da tramitação do projeto que lhe dera origem. Assim, na época em que estão sendo particularmente focalizados problemas de desenvolvimento e de proteção à região amazônica, e para ela se voltam, inclusive as atenções do próprio governo, é incompreensível ter-se omitido no projeto governamental disposição necessariamente já consagrada na nossa Carta Magna há mais de vinte anos". Foram estas as poucas palavras com que justifiquei a emenda. E pronunciei justamente poucas palavras para que a justificativa pudesse ser lida. Não obstante, porém, o pessimismo que V. Exa. revela em seu discurso, eu o conclamo a se aliar a esse grupo que está lutando em defesa daquelas nossas indeclináveis e justas pretensões.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Adalberto Sena, não há, propriamente pessimismo em minhas palavras. O que existe apenas é o senso da realidade. Sei dos altos propósitos dos eminentes parlamentares da Amazônia e do Nordeste na conjugação de esforços nesta oportunidade, porque o que desejamos é, realmente, defender as nossas regiões. Por isso estamos sendo tão regionalistas.

O Sr. Adalberto Sena — É patriotismo também.

O SR. EDMUNDO LEVI — Esse regionalismo, esse patriotismo, é altamente louvável porque, neste instante, em que ouço as manifestações dos eminentes colegas, estou certo de que não estou interpretando um pensamento isolado, mas o pensamento da coletividade das Bancadas da Amazônia e do Nordeste. Daí por que espero que, embora sem nenhuma pretensão, mas apenas querendo ajudar a esclarecer o problema, as nossas Bancadas se unam ainda mais e obtenham o apoio das demais a fim de que consigamos fazer constar da Constituição em elaboração o dispositivo equivalente ao da Constituição de 46.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem. Unito bem)

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guionard  
Vivaldo Lima  
Zacharias de Assumpção  
Dinarte Mariz  
Manoel Villaga  
Ruy Carneiro  
Silvestre Péricles  
Josaphat Marinho  
Miguel Couto  
Aarão Steinbruch  
Vasconcelos Torres  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama  
Lino de Mattos  
João Abrahão  
Bezerra Neto (16)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Está finda a hora destinada ao Expediente. Estão presentes 37 Srs. Senadores. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim)

#### Item 1:

Votação, em turno único, ao Projeto de Resolução nº 93 de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta, por inválidos, Ivan Ponte de Souza Palmeira, Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal,

Em votação o Projeto de Resolução.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa). Está aprovado.

O projeto volta à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

Item 2:

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 271, de 1966 (nº 3.952-A-66, da Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e consumo equipamentos importados pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda., destinada à ampliação de fábrica de leite em pó, instalada em Sete Lagoas, tendo parecer favorável, sob nº 1.202, de 1966 da Comissão de Finanças.*

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa). Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 271, DE 1966

(Nº 3.956-A-66, na Casa de origem)

*Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento importado pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda., destinada à ampliação de fábrica de leite em pó, instalada em Sete Lagoas.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo ao equipamento amparado pelo Certificado de Comércio Cambial nº DG-33-66-366 e Aditivo 33-66-492, emitidos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A., importado pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda., para a ampliação de sua fábrica de leite em pó, instalada em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

Item 3:

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 274, de 1966 (nº 3.952-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 1º da Lei nº 4.662 de 2 de junho de 1965, no concernente à denominação da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará, tendo pareceres favoráveis, sob nºs 1.205 e 1.207, de 1966 das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.*

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 274-66

(Nº 3.952-A-66, na Casa de origem)

*Altera o art. 1º da Lei nº 4.662, de 2 de junho de 1965, no concernente à denominação da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.662, de 2 de junho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Ceará, rederalizada pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950 (art. 3º, item II) e incorporada à mesma Universidade pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, é desdobrada em duas unidades distintas, denominadas Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará e Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

Item 4:

*Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 275, de 1966 (nº 3.943-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar a Arquidiocese da cidade do México na construção de um templo dedicado a Nossa Senhora Aparecida naquela capital, tendo parecer favorável, sob nº 1.203, de 1966, da Comissão de Finanças.*

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 275-66

(Nº 3.943-A-66, na Casa de origem)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar a Arquidiocese da cidade do México na construção de um templo dedicado a Nossa Senhora Aparecida naquela capital.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar a Arquidiocese da cidade do México na construção de um templo dedicado a Nossa Senhora Aparecida naquela capital.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será distribuído à Delegação do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

Item 5:

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 276, de 1966 (nº 3.942-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 424.716.780 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, setecentos e oitenta cruzeiros), correspondente ao excesso de arrecadação do "Imposto de Faróis", nos exercícios de 1963, 1964 e 1965, tendo parecer favorável, sob nº 1.205 de 1966, da Comissão de Finanças.*

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados — (Pausa)

Foi aprovado. O projeto vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 276, DE 1966

(Nº 3.942-A-66, na Casa de origem)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 424.716.780 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, setecentos e oitenta cruzeiros), correspondente ao excesso de arrecadação do "Imposto de Faróis", nos exercícios de 1963, 1964 e 1965.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 424.716.780 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, setecentos e oitenta cruzeiros), relativo ao excesso de arrecadação do "Imposto de Faróis", de que trata a Lei nº 4.202, de 6 de fevereiro de 1963, verificado nos exercícios de 1963, 1964 e 1965.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

Item 6:

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 277, de 1966 (nº 3.936-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social — "MUEDES", e dá outras providências, sob nºs 1.205 e 1.207, de 1966 das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.*

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

O projeto foi aprovado. Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 277-66

(Nº 3.936-B na Casa de origem)

*Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social — "MUEDES", e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a entregar, a título

de doação, ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social — MUEDES, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, com vencimentos a 20 (vinte) anos de prazo e juros de 8% (seis por cento) ao ano, cuja emissão foi autorizada pela Lei nº 4.317, de 16 de julho de 1964, e pelo art. 8º da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, no valor de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros).

§ 1º As obrigações a que se refere este artigo serão impenhoráveis, inalienáveis e intransferíveis, podendo, todavia, os juros respectivos serem dados em garantia a estabelecimentos bancários, a fim de possibilitar a liquidação e recebimento antecipado desses juros.

Art. 2º No caso de extinção ou dissolução da entidade beneficiária, as Obrigações mencionadas retornarão a propriedade do Tesouro Nacional, que providenciará o cancelamento das mesmas.

Art. 3º O Conselho Monetário Nacional aprovará e expedirá as instruções que se tornarem necessárias à perfeita execução desta lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra, para uma declaração de voto, o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para uma declaração de voto. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, acabamos de aprovar projeto de origem governamental que autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social. Aprovei o projeto. Trata-se de organização oriunda de ato de inspiração do Governo, premiadamente destinado a tornar as instituições estudantis, de caráter universitário, mais úteis a objetivos de caráter econômico e social. Aprovei o na justa expectativa de que o Governo, que pode fazer dotações com a que consta deste projeto, encerre meios e processos para cumprir as obrigações ou autorizações decorrentes da Lei Orçamentária que o Congresso vota.

A verdade é que — e ainda agora este fato se verificou no Orçamento de 66 — o Governo cumpre a Lei Orçamentária quanto às dotações feitas pelo Congresso Nacional apenas no que lhe convém ou no que convertem aos interesses dos seus correligionários ou daquelas entidades e instituições que têm protetores junto às agências governamentais.

Fiz requerimento que depende de resposta do Poder Executivo, indagando quais as dotações não pagas e a quanto montam; quais as que foram pagas e quais os critérios adotados para a preferência.

Aguardo a resposta para a análise adequada da anomalia que se está verificando no procedimento do Poder Executivo, inclusive de descortesia ou de desprestígio para o Congresso nacional.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Por uma questão de justiça quero esclarecer a V. Exa., não pertence ao quadro do Partido de V. Exa. mas, hoje, somos da Oposição, condição que não nos permite fazer nenhuma solicitação ao Governo. Mas no caso das entidades da Paraíba, para as verbas consignadas aos Srs. Deputados e por nós, do Senado, tenho encontrado por parte do Sr. Mi-

nistro Otávio Bulhões a melhor opção. No momento em que V. Exa. faz este reparo, que julga necessário, dentro do espírito que orienta sua atuação nesta Casa, quero fazer justiça ao Ministro Otávio Bulhões. Com relação ao meu Estado em minhas reclamações pelo que tenho sido atendido por V. Exa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço o esclarecimento que corresponde ao espírito de justiça de V. Exa. As providências a que se refere constituem exceção. Basta dizer que a Bahia conta com inúmeras instituições, e algumas delas do maior relevo e importância, que não receberam as dotações a elas destinadas por Deputados e Senadores. Para precisar um exemplo; o Instituto Brasileiro para a Investigação da Tuberculose, é um estabelecimento de renome internacional. Além de manter o Instituto de Pesquisa e Assistência, ao campo da doença do pulmão, está constituído um hospital para doenças do tórax. Recebeu minúscula verba daquelas que lhes foram destinadas pelo Orçamento federal. E como esse Instituto, outras entidades da Bahia continuam a esperar a boa vontade do Governo.

O Sr. Rui Carneiro — Mas uma intervenção, se V. Exa. permite. É estranho isto, porque a Bahia, no Governo atual, está altamente prestigiada.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. salienta muito bem e com muita inteligência, para não dizer com apropriada malícia.

Certo é, porém, Sr. Presidente, que aguardo as informações do Poder Executivo para a análise oportuna do problema no sentido de que possa também, conjuntamente com nossos nobres colegas, sugerir as medidas que se impõem, para que o pagamento das dotações votadas pelo Congresso Nacional não fiquem ao arbítrio ou à boa-vontade, apenas, dos órgãos do Poder Executivo. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

## Item 7

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 1963 (nº 3.921-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, do Estado de São Paulo, tendo: Parecer favorável, sob nº 1.204, de 1963, da Comissão de Finanças.*

A discussão foi encerrada ontem. Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 280-66

(Nº 3.921-B-66, na Casa de origem.)  
Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, do Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro para os materiais constantes da licença nº DG-65-2418-2593, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importados pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Sociedade de

Economia Mista do Estado de São Paulo.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

## Item 8:

*Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 10, de 1967, do Projeto de Resolução nº 92, de 1966, que apresenta Luzia Jeanne Maria Lisboa Robiche, Oficial Legislativo, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.*

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador querendo fazer uso da palavra encerro a discussão. Não havendo emendas nem requerimento no sentido de que seja submetida a votos, é a redação final considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 313-A, do Regimento Interno.

O projeto irá a promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

## Item 9:

*Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.197, de 1965 do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1966 (nº 232-A-66, na Câmara), que torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da despesa de Cr\$ 14.502 (quatorze mil, quinhentos e dois cruzeiros), para pagamento à Rio Light S.A. — Serviços de Eletricidade e Carris.*

Em discussão.  
Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 313-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

**PROJETO DE DECRETO**  
**LEGISLATIVO Nº 22, DE 1966**

(Nº 232-A-66, NA CÂMARA)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União de registro da despesa de Cr\$ 14.502 (quatorze mil quinhentos e dois cruzeiros), para pagamento à Rio Light S.A. — Serviços de Eletricidade e Carris, de quantia referente a imposto de consumo pago, indevidamente, por aquela empresa, no exercício de 1954.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União, de 29 de outubro de 1965, de registro da despesa de Cr\$ 14.502 (quatorze mil quinhentos e dois cruzeiros), para pagamento à Rio Light S.A. — Serviços de Eletricidade e Carris de quantia referente a imposto de consumo pago, indevidamente, por aquela empresa, no exercício de 1954.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

## Item 10:

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 273, de 1966 (nº 3.934-A-66, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para atender as despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Alteza Eminentíssima Frei Angelo de Mojana di Cologna, tendo: Parecer favorável, sob nº 1.214-E, de 1966, da Comissão de Finanças.*

Em discussão.  
Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 273-66

(Nº 3.934-A-66, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para atender as despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Alteza Eminentíssima Frei Angelo de Mojana di Cologna.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para atender as despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Alteza Eminentíssima Frei Angelo de Mojana di Cologna, Príncipe e Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

## Item 11:

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 278, de 1966 (nº 3.923-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal de Goiás, tendo: Pareceres favoráveis, sob nºs 1.214-C e 1.214-D, de 1966, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.*

Em discussão. (Pausa.)  
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº**  
278, DE 1966

(nº 3.923-B-66, na Casa de origem)

Desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade

Federal de Goiás, federalizada pela Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, e incorporada à mesma Universidade pela referida Lei, é desdobrada em duas unidades distintas, denominadas Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Goiás e Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiás.

Art. 2º Os cargos de Professor Catedrático do Quadro Único, Permanente, da Universidade Federal de Goiás, lotados na Faculdade de Farmácia e Odontologia, serão distribuídos, conforme suas especialidades, entre as duas Faculdades de que trata a presente Lei.

Art. 3º As denominações das disciplinas serão ajustadas ao currículo mínimo, fixado pelo Conselho Federal de Educação.

§ 1º A Organização da Faculdade desdobrada procederá a adaptação prevista, resguardados os interesses do ensino.

§ 2º Os professores serão ouvidos antes de se processar a consequente apostila nos respectivos títulos, devendo ser-lhes assegurada plena defesa de seus interesses.

§ 3º A apostila de que trata o parágrafo anterior será feita pelo órgão competente da Universidade Federal de Goiás.

§ 4º Os servidores administrativos, atualmente lotados na Faculdade ora desdobrada serão distribuídos, por ato do Reitor, entre as duas unidades universitárias instituídas pela presente Lei.

Art. 4º No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação deste Lei, a Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Goiás e a Faculdade de Odontologia da mesma Universidade encaminharão projetos de seus Regimentos a exame do Conselho Universitário o qual, depois de aprová-los, os submeterá à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados os Regimentos de que trata este artigo, aplicar-se-á, no que couber, o Regimento da Faculdade desdobrada.

Art. 5º A Reitoria da Universidade Federal de Goiás incumbirá promover as medidas indispensáveis ao funcionamento das duas Faculdades instituídas por esta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão atendidas pelos recursos próprios, consignados no orçamento da União, em favor da Universidade Federal de Goiás.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim)

## Item 12:

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 273, de 1966 (nº 3.923-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 138.300.000 (trecentos e trinta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros) ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para ser aplicado pela Fundação Brasil Central, tendo: Parecer favorável sob nº 1.191, de 1966, da Comissão de Finanças.*

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 279-56

(nº 3.922-B-66 na Casa de origem)

Autoriza a abertura ao crédito especial de Cr\$ 738.300.000 (setecentos e trinta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros) ao Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para ser aplicado pela Fundação Brasil Central.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Gabinete do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para ser aplicado pela Fundação Brasil Central, o crédito especial de Cr\$ 738.300.000 (setecentos e trinta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de despesas de pessoal para a execução de obras previstas no Plano de Atividades da Instituição, durante o exercício de 1966.

Parágrafo único. O crédito a que se refere a presente Lei será registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 13.

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 1966 (nº 3.955-A-66, na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera a redação do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 1.628 de 20 de junho de 1952, que dispõe sobre "Obrigações do Resgateamento Econômico tendo Parecer favorável, sob nº 1.214-B de 1966 da Comissão de Projetos do Executivo.

Em discussão o projeto. Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou dar a discussão como encerrada. (Pausa) Está encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Vai à sanção o projeto

E' o seguinte o projeto aprovado:

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 281, DE 1966

(nº 3.955-A-66, na Casa de origem)

Altera a redação do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 1.628 de 20 de junho de 1952, que dispõe sobre "Obrigações do Resgateamento Econômico".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. A entrega das obrigações respectivas só poderá ser feita ao próprio contribuinte, aos seus sucessores *causa mortis*, inclusive o inventariante de seu espólio, ao síndico de sua massa falida, ou a procurador constituído por instrumento público."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 14.

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 282, de 1966 (nº 3.953-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 8.500.000.000 (oito bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes - GEIPOT - para a realização de estudos de engenharia específica, tendo Parecer favorável, sob nº 1.214-A, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa) Como nenhum dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra, dou a discussão como encerrada.

Em votação o projeto. Os Srs. Senadores que o aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 282, DE 1966

(Nº 3.953-A, de 1966 na casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 8.500.000.000 (oito bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes - GEIPOT - para a realização de estudos de engenharia específica.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 8.500.000.000 (oito bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, criado pelo Decreto número 57.003, de 11 de outubro de 1965, modificado pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965 com vigência nos exercícios de 1966 e 1967 referentes aos estudos de engenharia dos seguintes trechos de rodovias:

- 1 - BR-468 e BR-101 - Curitiba - Florianópolis
- 2 - BR-476 - São Mateus do Sul - União da Vitória
- 3 - PR-11 - Ponta Grossa - Piraí do Sul
- 4 - BR-470 - Rio do Sul - interseção com BR-116
- 5 - RS-13 - Tabai - Porto Alegre
- 6 - RS-4 - Cai - Farroupilha
- 7 - RS-26 e RS-99 - São Vendelino - Benito Gonçalves
- 8 - BR-116 - São Leopoldo - Novo Hamburgo
- 9 - BR-262 - Uberaba - Belo Horizonte
- 10 - MG-4 - Ipatinga - Governador Valadares.

Art. 2º Os encargos decorrentes da aplicação desta lei serão atendidos pela venda de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) - Foi encaminhado à Mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

# REQUERIMENTO

Nº 1, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução número 93, de 1966, que aposenta Ivan Ponte e Souza Palmeira, Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em... de janeiro de 1967. - Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) - Em consequência, passa-se em votação a Redação Final do Projeto de Resolução número 93, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta por invalidez, Ivan Ponte e Souza Palmeira, Diretor, PL-1 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

# PARECER

Nº 11, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1966, que aposenta Ivan Ponte e Souza Palmeira, Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1966, nos seguintes termos:

# RESOLUÇÃO Nº... DE 1966

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com o art. 191, item I, § 3º da Constituição Federal, combinado com os artigos 1º da Resolução nº 16, de 1963; 341, item III e 349 da Resolução nº 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus o Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do

Senado Federal, Ivan Ponte e Souza Palmeira.

Sala da Comissão Diretora, em 6 de dezembro de 1966. - Auro Moura Andrade. - Camilo Nogueira da Gama. - Gilberto Marinho. - Cattete Pinheiro. - Guido Mondin. - Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) - Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

Lembro aos Srs. Senadores que hoje, às 14,00 horas, haverá sessão do Congresso Nacional.

Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão, designando para a próxima, extraordinária, a realizar-se segunda-feira, dia 9, às 10,00 horas, a seguinte:

# ORDEM DO DIA

Sessão em 9 de janeiro de 1967

(Segunda-feira)

Extraordinária às 10 horas

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 1966 (nº 4.811-B-62 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000.000 (setecentos milhões de cruzeiros) para a instalação organização e funcionamento do Estado do Acre, e das outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 1.180, de 1966, da Comissão de Finanças, depois de ouvido o pronunciamento do Ministério da Fazenda.

2

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 1966 (nº 3.975-A-66 na Casa de origem), que altera sem aumento de despesas, dotações do Poder Legislativo - Câmara dos Deputados - consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, tendo parecer favorável, sob o número 1.210, de 1966, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) - Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 11 horas e 50 minutos.

# SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

# ATOS DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

# PORTARIA Nº 1, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra j, nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963 resolve dispensar, a pedido, das funções que vinha exercendo no Gabinete do Presidente da Comissão de Agricultura, o Oficial Legislativo, PL-6, Heliantho de Siqueira Lima.

Secretaria do Senado Federal em 6 de janeiro de 1967. - Dinarte Mariz, 1º Secretário.

# PORTARIA Nº 2 DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra j, nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 3, de 1963, resolve designar Lourival Francisco Lopes, Auxiliar Legislativo, PL-10, para as funções de Secretário do Gabinete da Comissão de Agricultura.

Secretaria do Senado Federal, em 6 de janeiro de 1967. - Dinarte Mariz, 1º Secretário.

# ATAS DAS COMISSÕES

# COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

# PORTARIA Nº 1-67

O Presidente da Comissão de Sindicância designado pela Portaria número 81 de 13 de dezembro de 1966 do Exmo. Sr. Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal, resolve na forma do § 2º do art. 223 da Resolução nº 6-60, designar Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para desempenhar as funções de Secretária da mesma Comissão.

Brasília, 5 de janeiro de 1967. - Aloisio Barbosa de Souza, Presidente da Comissão de Sindicância.

# COMISSÃO DE INQUÉRITO

# PORTARIA Nº 2-67

O Presidente da Comissão de Inquérito, designado pela Portaria número 1, de 19 de dezembro de 1966, do Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, resolve na forma do § 2º do art. 223 da Resolução nº 6-60 designar Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para desempenhar as funções de Secretária da mesma Comissão.

Brasília, 5 de janeiro de 1967. - Aloisio Barbosa de Souza, Presidente da Comissão de Inquérito.



## MESA

Presidente — Moura Andrade  
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama  
 2º Vice-Presidente — Vivaldo Lima  
 1º Secretário — Dinarte Maria  
 2º Secretário — Gêbeo Marinho  
 3º Secretário — Barros Carvalho  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro  
 1º Suplente — Joaquim Parente  
 2º Suplente — Guido Mondim  
 3º Suplente — Sebastião Archer  
 4º Suplente — Raul Glubert

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger

## DA ARENA

Líder — Filinto Müller

## Vice-Líderes

Rui Palmeira — Antônio Carlos — Wilson Gonçalves

## DO MDB

Líder — Aurélio Vianna

Vice-Líderes — Bezerra Neto — João Abrahão

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

## ARENA

## TITULARES

Eugênio Barros  
 José Feliciano  
 Lopes da Costa  
 Antônio Carlos  
 Júlio Leite

## SUPLENTE

Vivaldo Lima  
 Aurélio Vianna  
 Dix-Huit Rosado  
 Adolpho Franco  
 Zacarias de Assumpção

## MDB

Argemiro de Figueiredo  
 José Ermírio

Nelson Maculan  
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

## ARENA

## TITULARES

Wilson Gonçalves  
 Jefferson de Aguiar  
 Arnono Arinos  
 Heribaldo Vianna  
 Eurico Rezende  
 Milton Campos  
 Gay da Fonseca

## SUPLENTE

Filinto Müller  
 José Feliciano  
 Daniel Krieger  
 Menezes Pimentel  
 Benedito Valadarez  
 Melo Braga  
 Vasconcelos Torres

## MDB

Antônio Balbino  
 Arthur Virgílio  
 Bezerra Neto  
 Josephat Marinho

Aarão Steinbruch  
 Adalberto Serra  
 Edmundo Levi  
 Aurélio Vianna

Secretário: Maria Helena Duero Brandão, Oficial Legislativo, PL-0.  
 Reuniões: 2ª, 4ª, 6ª, 8ª, 10ª horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Párcelo

Vice-Presidente: Lopes da Costa

## ARENA

## TITULARES

Eurico Rezende  
 Heribaldo Vianna  
 Lopes da Costa  
 Melo Braga  
 José Guilomard

## SUPLENTE

José Feliciano  
 Filinto Müller  
 Zacarias de Assumpção  
 Benedito Valadarez  
 Vasconcelos Torres

## MDB

Aurélio Vianna  
 Silvestre Párcelo

Oscar Passos  
 Adalberto Serra

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 10 horas.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

## ARENA

## TITULARES

Atílio Fontana  
 João Leite  
 José Feliciano  
 Melo Braga  
 Domício Gondim  
 Adolpho Franco

## SUPLENTE

Jefferson de Aguiar  
 José Leite  
 Sigefredo Pacheco  
 Zacarias de Assumpção  
 Dix-Huit Rosado  
 Gay da Fonseca

## MDB

Nelson Maculan  
 Pedro Ludovico  
 Arthur Virgílio

José Ermírio  
 João Abrahão  
 Josephat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
 Reuniões: Quartas-feiras às 15:30 horas

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

## ARENA

## TITULARES

Menezes Pimentel  
 Padre Calazans  
 Gay da Fonseca  
 Arnono de Melo  
 José Leite

## SUPLENTE

Benedito Valadarez  
 Arnono Arinos  
 Melo Braga  
 Sigefredo Pacheco  
 Antônio Carlos

## MDB

Antônio Balbino  
 Josephat Marinho

Arthur Virgílio  
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
 Reuniões: Quartas-feiras às 15:30 horas

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

## ARENA

## TITULARES

Victorino Freire  
 Lobão da Silveira  
 Sigefredo Pacheco  
 Wilson Gonçalves  
 Irineu Bornhausen  
 Adolpho Franco  
 José Leite  
 Domício Gondim  
 Manoel Villares  
 Lopes da Costa

## SUPLENTE

Atílio Fontana  
 José Guilomard  
 Eugênio Barros  
 Menezes Pimentel  
 Antônio Carlos  
 Daniel Krieger  
 Júlio Leite  
 Gay da Fonseca  
 Melo Braga  
 Filinto Müller

## MDB

Argemiro de Figueiredo  
 Bezerra Neto  
 João Abrahão  
 Oscar Passos  
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi  
 Josephat Marinho  
 José Ermírio  
 Lino de Mattos  
 Suestre Pericles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

## ARENA

## TITULARES

José Feliciano  
 Atílio Fontana  
 Adolpho Franco  
 Domício Gondim  
 Irineu Bornhausen

## SUPLENTE

Lobão da Silveira  
 Vivaldo Lima  
 Lopes da Costa  
 Eurico Rezende  
 Eugênio Barros

## MDB

José Ermírio  
 Nelson Maculan

Aarão Steinbruch  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Maria Helena Duero Brandão — Of. Leg. PL-0.  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas.